

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência  
**Evento:** XVII Jornada de Extensão

## **O VALOR DA ESCUTA DO E PARA O ADOLESCENTE: A EXPERIÊNCIA DA PSICOLOGIA NO ÂMBITO DO PROJETO “CIDADANIA PARA TODOS”<sup>1</sup>**

**Patrícia Da Rosa Soares<sup>2</sup>, Sonia Aparecida Da Costa Fengler<sup>3</sup>, Ester Eliana Hauser<sup>4</sup>, Pâmelly Rauber Figueiró<sup>5</sup>.**

<sup>1</sup> Resultado do Projeto de Extensão do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIJUI - Cidadania para Todos.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Graduação em Psicologia da UNIJUI, bolsista PIBEX/UNIJUI. E-mail: patricinha-soares@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora orientadora, Professora do curso de Psicologia da UNIJUI, Mestre em Educação pela UNIJUI. E-mail: dacosta@unijui.edu.br

<sup>4</sup> Professora do Curso de Direito da UNIJUI, Mestre em Direito pela UFSC. E-mail: esterh@unijui.edu.br

<sup>5</sup> Acadêmica do curso de Psicologia da UNIJUI, acadêmica voluntária do Projeto de Extensão Cidadania para Todos. E-mail: pamy\_figueiro@hotmail.com

### **Introdução**

O texto que segue apresenta reflexões acerca de processos e práticas de educação que envolvem a adolescência, a partir das experiências vividas no Projeto de Extensão Cidadania para Todos. O projeto está vinculado ao Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIJUI, é desenvolvido por alunos e professores desde o ano de 2006, e possui como proposta central proporcionar espaços de reflexão sobre cidadania e direitos fundamentais, a partir do protagonismo dos sujeitos envolvidos e da vivência de valores civilizatórios.

Para isso considera que o trabalho no contexto escolar com os indivíduos que ali se apresentam, é um espaço privilegiado para as reflexões propostas. O projeto se organiza em forma de oficinas e busca problematizar diferentes assuntos em ações com grupos de alunos, pais e professores, trabalhando de forma interdisciplinar, de modo a integrar conhecimentos de diferentes áreas, em especial a psicologia e o direito, agregando estes conhecimentos para facilitar a fala dos sujeitos que compõe a comunidade escolar, como também possibilitar um lugar que permita escutar e intervir de forma diferenciada, com a criação de espaços de reconhecimento.

O objetivo do texto é apresentar reflexões preliminares sobre a experiência vivenciada no projeto em torno da questão da escuta ao e para o adolescente e da importância deste lugar no processo de constituição da identidade dos sujeitos e da consolidação da sua cidadania. Desta forma, o resumo se toma por relatar as discussões e analisar a experiência do espaço de fala, de escuta, e de lugar destes adolescentes no ambiente escolar. A partir disto surgem diversas interrogações: Há a escuta destes adolescentes? Quem escuta? E o que se escuta?

### **Metodologia**

As oficinas realizadas por intermédio do projeto Cidadania para Todos, utilizam-se das práticas da Justiça Restaurativa que busca a construção de uma cultura de diálogo, escuta e reconhecimento dos sujeitos. Deste modo as oficinas trabalham com diferentes temas, entre os quais se destacam: a relação escola x família (que envolve os pais, professores, funcionários e alunos), o protagonismo juvenil, as questões de sexualidade e gênero, o bullying, a construção da identidade, valores, dentre

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência  
**Evento:** XVII Jornada de Extensão

outras temáticas que os sujeitos em questão considerem pertinentes. Sempre permitindo o lugar da voz a estes indivíduos e garantindo este lugar de escuta.

Durante o trabalho são realizadas oficinas com dinâmicas de grupos, exposições teórico-dialogadas, vídeos, visando sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância do diálogo, da fala e da escuta, a partir de uma abordagem restaurativa, compreendida como prática alternativa e como uma nova estratégia de enfrentamento dos conflitos e violências, aptas a contribuir para a aprendizagem, para a vivência de valores civilizatórios e para promoção de uma cultura de paz.

A abordagem restaurativa é realizada por intermédio de processos circulares e tem por objetivo central assegurar espaços de fala e de escuta qualificada a todos os membros da comunidade escolar, de modo a promover o encontro entre os sujeitos e o diálogo sobre questões inerentes ao universo da escola, assegurando o reconhecimento aos indivíduos e promovendo a participação ativa de todos, numa perspectiva de maior igualdade, protagonismo e respeito. Neste processo, os círculos de conversa/diálogo são fundamentais porque colocam todos os sujeitos como corresponsáveis pelas questões que perpassam a escola e porque neles, todos são chamados a construir “soluções/respostas” para as questões vivenciadas.

## Resultados e discussão

A adolescência como etapa do desenvolvimento do sujeito é um período de criação, de conflito e contestação. Trata-se de uma fase em que o sujeito inicia o processo de construção de sua autonomia e na qual a transgressão coloca-se como principal instrumento para tal. A violação das regras, a postura crítica ou alienada e a conflitividade exacerbada são manifestações claras desta dimensão transgressora do adolescente. Nesse sentido OUTEIRAL,(2003, p.30) nos diz que:

A adolescência é um momento muito criativo em função, entre outras coisas, de ser um período de transformação (...) nem sempre as premissas de que se utiliza leva em conta a dimensão do possível e do real. Para o adolescente é fácil encontrar soluções para os problemas da humanidade, muito embora a maioria delas não seja exequível na prática, enquanto tem muita dificuldade de resolver complicações simples de seu cotidiano.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define a adolescência como a etapa de vida que vai dos 12 aos 18 anos incompletos, definindo responsabilidades específicas a este grupo de jovens. Do ponto de vista da psicologia, no entanto, a adolescência se apresenta como um fenômeno psicossocial mais complexo, que não se limita a faixas etárias predefinidas em lei, abarcando a etapa de vida situada entre a infância e o mundo adulto, na qual o indivíduo busca a construção de sua identidade e autonomia. Para entendê-la é necessário refletir sobre o contexto que envolve o ambiente social, econômico, familiar, e cultural em que cada adolescente se desenvolve, pois este dirá da singularidade de cada sujeito no processo de crescimento.

Como as ações do projeto Cidadania para Todos desenvolvem-se, prioritariamente, com grupos de jovens e adolescentes, estas são organizadas no sentido de garantir uma prática educativa cidadã, na qual todos se sintam reconhecidos, responsáveis e tratados com respeito. No ano de 2016, em que área da Psicologia se agregou ao projeto, as oficinas, objeto deste relato de experiência estão sendo realizadas em duas escolas do município de Ijuí. O trabalho sustenta-se a partir da metodologia

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência  
**Evento:** XVII Jornada de Extensão

descrita acima, e aponta para distintas discussões que conseqüentemente geram inquietações no sentido de problematizar a relação que se dá entre adulto e adolescente, especialmente no contexto escolar.

O contexto escolar é privilegiado no sentido de, na maioria das vezes, representar o primeiro espaço de encontro dos sujeitos quando saem de uma instituição parental (pai e mãe), e estabelecem relação com uma instituição social (relações com outros adultos). Assim como é o primeiro encontro vivenciado na infância e mantido geralmente durante toda a adolescência, este é o espaço em que, na maioria das vezes, o adolescente busca resposta sobre suas vicissitudes.

Se essa referência (parental, social) falha em acreditar nos ideais, mesmo que imaginários dos adolescentes, o trabalho de elaboração deste processo de passagem para o mundo adulto certamente será conflituoso. Essa descrença nos adolescentes faz parte do discurso social, e em uma sociedade marcada pela desconsideração do sujeito, especialmente aquele que se encontra em fase de constituição de sua identidade, tal fato trará conseqüências à subjetividade. Meira (1995, p. 103) traz essa questão quando se refere aos pais na citação a seguir:

Que os adolescentes veem no futuro somente incertezas e crise, também sabemos. Resta aos pais construir, muitas vezes, caminhos diferenciados, em que seus filhos possam transitar. Caminhos da ordem do simbólico, que não ofereçam a seus filhos um “futuro negro”. Se isto ocorre, respondem pichando, de negro, paredes e muros. A questão que se coloca é a de que caminho os pais oferecem a seus filhos, se é que o fazem.

Na adolescência ocorre a reelaboração da identidade, as relações parentais vão se modificando e este sujeito espera um tratamento de igualdade, respeito a sua personalidade própria e independência (NEIVA, 2013). Nesta busca questiona os valores familiares e também as regras, põe em discussão a validade das mesmas. Essas mudanças irão repercutir diretamente no contexto escolar, no qual estão seus pares que transitam pelo mesmo processo. E também professores, sujeitos todos entrelaçados, porém com histórias singulares.

A escola então, permeada por estas subjetividades é palco de relações múltiplas e de conflitos que estão essencialmente marcados pela linguagem. Percebe-se, entretanto, que muitos professores colocam a linguagem em lugar secundário, descrendo de seu poder e importância em nome de processos concretos (MRECH, 1999) mais voltados para o “controle” ou a “disciplina”. No discurso destes, se apresentam as conhecidas frases feitas, como: “não adianta falar” ou “já cansei de falar” “agora terão que fazer”. Este processo de supressão da fala e da escuta certamente não surge ao acaso, é oriundo das dinâmicas sociais e familiares hoje marcadas pela superficialidade das relações, o que se expressa por meio da supressão da comunicação verdadeira.

Com isso, entende-se que por muitas vezes, no contexto escolar, o que fica são as imagens dos estereótipos e dos preconceitos, e estes se reproduzem nos processos de fala e escuta. Isso diz do professor que não mais se encontra na imagem que projeta dele mesmo, mas na imagem que alunos, escola e família fazem dele. Como figura de autoridade e referência, assim MRECH, (1999, p.12) traz para discussão:

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência  
**Evento:** XVII Jornada de Extensão

Mas então: o que é um ato de fala do professor? Onde ele se encontra? Na sua emissão? Na sua recepção? No vaivém entre ambas? É a fala de alguém que se supõe professor? É a fala de alguém que é reconhecido como professor?

Nessa perspectiva retorna-se ao questionamento primeiro, que se refere à escuta. A resposta a ele pode se manifestar através das expressões “ser adolescente é difícil”, ou talvez “trabalhar com adolescentes é mais difícil ainda”. Mas o que se escuta: o adolescente ou a imagem que o adulto tem sobre a adolescência? Desse modo, a turbulência que seria prioridade do adolescente parece perpassar a escola, a família, a mídia e a sociedade em geral ressoando num discurso único que clama por referências, limites e reconhecimento. Constroem-se, a partir disso, discursos sobre a necessidade de maior “controle” e “limites” com viés claramente punitivo/autoritário, cujo objetivo principal é “adequar” os adolescentes a ordem estabelecida.

Entretanto, o limite deve ser entendido como possibilidade de criação de um lugar e tempo em que crianças e adolescentes sintam-se acolhidos, e no qual possam conviver com suas experiências essenciais e criadoras (OUTEIRAL, 2003), na convivência com os demais. Para se pensar em referência, toma-se a importância da necessidade da relação de confiança entre a família e a escola escolhida. Pois, a escola apresenta função de socialização para o adolescente e, portanto, as referências da comunidade escolar são fundamentais nesse momento de busca de identidade. A partir desse enlace de acolhimento e confiança, pode-se pensar não apenas no reconhecimento das necessidades do adolescente, mas também do professor e da família, que passam a ser “enxergadas” por todos e, talvez por isso possam ser melhor atendidas. Neste processo permite-se compreender que as relações humanas são conflitivas, que os adolescentes são, por sua fase peculiar de vida, questionadores e que trabalhar com eles não significa apenas enfrentar processos de “turbulência”, mas, sobretudo vivenciar momentos de crescimento, aprendizado e de constituição da identidade.

Para o desenvolvimento desta relação de confiança e de acolhimento, as práticas de justiça restaurativa mostram-se fundamentais, porque buscam estimular a existência de uma comunidade participativa e cooperativa que busca resolver problemas e discutir questões por meio de um processo justo, no qual o diálogo e o protagonismo dos envolvidos são fundamentais.

Segundo Assumpção e Yazbeck (2014) as práticas restaurativas são processos formais e informais que respondem a infração ou aos conflitos, mas também são processos informais que precedem a infração construindo pró ativamente relações e senso de comunidade para prevenir atos de violência e para trabalhar com conflitos, a partir do reconhecimento/atendimento das necessidades neles envolvidas. Brancher (2008, p. 15) observa, neste aspecto que:

A justiça restaurativa está fundada em um conjunto de princípios e valores que correspondem a construção de uma cultura de paz. Busca garantir direitos, promover a igualdade, educar para relações pacíficas, fundadas na participação democrática, na tolerância e na solidariedade.

Para isso os círculos restaurativos são importantes ferramentas, pois permitem um processo de diálogo que trabalha intencionalmente na criação de um espaço seguro para melhorar os relacionamentos, resolver diferenças ou abordar problemas difíceis. Segundo Kay Prannis (2010, p. 10)

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência  
**Evento:** XVII Jornada de Extensão

Os círculos se valem de uma estrutura para criar possibilidades de liberdade: liberdade para expressar a verdade pessoal, para deixar de lado as máscaras e defesas, para estar presente como um ser humano inteiro, para reconhecer erros e temores e agir segundo nossos valores mais fundamentais.

Os processos circulares mostram-se, neste contexto, extremamente adequados porque criam espaços de diálogo qualificado, baseados na fala honesta e na escuta atenta de todos os envolvidos, o que não apenas contribuiu para a construção de relacionamentos positivos entre as pessoas e para o reforço das conexões interpessoais, mas também para o processo de constituição da identidade e para a construção de referências pautadas em valores pacíficos, igualitários e cidadãos. Por outro lado os diálogos em círculo permitem uma mudança fundamental na relação entre adolescentes e as figuras de autoridade porque valorizam a igualdade, a participação, e o respeito, colocando as pessoas como protagonistas nos processos de mudança, reforçando o sentido de pertencimento e proporcionando aos indivíduos o reconhecimento de sua corresponsabilidade nos processos sociais, o que contribui de forma significativa para a construção da autonomia e da identidade.

### Conclusão

As relações entre escola, adolescentes e família são complexas e permitem diferentes reflexões. Talvez uma das mais relevantes, na atualidade, diga respeito ao denominado “currículo oculto”, que se refere à necessidade da escola promover a cidadania e educar para valores civilizatórios, de modo que tais valores perpassem a formação escolar sem necessariamente fazer parte explícita do currículo das disciplinas. Tais valores, na fase da adolescência, são fundamentais, não na perspectiva da obediência e do controle dos jovens, mas, sobretudo, como vivências que assegurem aos sujeitos que compõe a comunidade escolar o respeito à autonomia, às singularidades e a dignidade, o que exige compreensão do momento de vida especial pelo qual passam os alunos. Na fase da adolescência os sujeitos querem se tornar adultos, ou melhor, serem reconhecidos como sujeitos adultos. E para que isso aconteça acreditam na transgressão como forma de assegurar a autonomia e liberdade, próprias ao mundo adulto. O adolescente não se conforma com o que lhe pedem, mesmo que queira atender seus desejos, pois necessita de sua autonomia, provar sua independência, requerer seu reconhecimento.

A experiência de realizar círculos restaurativos para promover discussões, em que se dá a voz aos adolescentes, tem possibilitado consolidar uma cultura de fala e de escuta e de reconhecimento do outro. Neste sentido a concepção da realidade pode ser ressignificada, a partir das vivências propostas, uma vez que o espaço da comunidade escolar deve ser permeado pelas discussões e pela reflexão crítica livre, seja sobre sentimentos, necessidades ou valores.

Salienta-se, por fim, que o trabalho no âmbito do projeto de extensão provoca inúmeras reflexões, o que desafia o grupo à pesquisa e a produção científica. Está previsto, desta forma, que as ações do projeto continuarão acontecendo no futuro, buscando esta integração entre o meio acadêmico e o ambiente escolar. Neste sentido pretende-se ampliar a ação interdisciplinar entre os campos da psicologia e do direito, por meio de ações que, inspiradas em princípios e valores restaurativos, assegurem a educação para o diálogo, para os direitos humanos e para cidadania, na perspectiva da autonomia e da emancipação dos sujeitos. O objetivo principal de tais ações é

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência  
**Evento:** XVII Jornada de Extensão

justamente proporcionar trocas de conhecimentos e vivências que se apresentam de forma tão importante para todos os sujeitos que deles participam como seus protagonistas

#### Referências

ASSUMPÇÃO, Cecília P.; YAZBEK, Vania C. Justiça Restaurativa: um conceito em desenvolvimento. IN: (GRECCO, Aimée (e outros). Justiça Restaurativa e ação: Práticas e Reflexões. São Paulo: Dasch Editora, 2014.

BRANCHER, Leoberto (coord.) Justiça para o Século 21 – Instituinto Práticas Restaurativas. Porto Alegre: AJURIS, 2008.

CALLIGARIS, Contardo. A Adolescência. São Paulo, Publifolha, 2013. – Folha explica.

NEIVA, Kathia Maria Costa. Processos de escolha e orientação profissional. 2ª ed. São Paulo, Vetor, 2013.

MEIRA, Ana Marta Goelzer. Jogos de Adolescentes. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. (Org). Adolescência. Porto Alegre, APPOA 1995. p. 101- 104.

MRECH, Leny. Psicanálise e Educação: novos operadores de leitura. São Paulo, Pioneira, 1999.

OUTEIRAL, Jose. Adolescer – Estudos Revisados sobre Adolescência. 2ª Edição revisada, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro, Revinter , 2003.

PRANIS, Kay. Processos Circulares – Da reflexão à ação. São Paulo: Palas Athena, 2010.